



“O que a psicologia tem a dizer sobre isso?”: deslocamentos e provocações sobre pobreza menstrual entre duas psicólogas e um grupo de mulheres universitárias

Gabriela Cabral Paletta¹

Roberta Siqueira Mocaiber Dieguez²

Resumo: Este trabalho tem por finalidade introduzir e desdobrar uma temática relacionada à menstruação cada vez mais presente nos debates políticos, virtuais, feministas e acadêmicos: a pobreza menstrual. Ao receber pedidos vindos de estudantes de medicina (do sul e sudeste) associadas ao IFSMA Brazil, desenvolvemos duas palestras em eventos universitários com transmissão *online* no segundo semestre de 2021.

O primeiro chamado “Menstruação sem Tabu”, com uma demanda de abordar os “aspectos socioculturais e históricos da menstruação”, foi possível abrir um novo campo para sentir juntas de que formas a menstruação produz afetos através da apresentação de artes menstruais produzidas por brasileiras, imigrantes e pessoas não-binárias, além de pesquisas norte e sul americanas. No outro evento “Simpósio sobre Pobreza Menstrual”, contamos com a participação ativa das alunas na composição da própria demanda: a partir do nosso encontro, as jovens mulheres se organizaram para coletar entre suas colegas relatos e memórias (escritos e não-escritos) a respeito da menarca e ciclos menstruais no geral. Nosso intuito foi produzir uma contração entre nós (psicólogas que supostamente saberiam os “efeitos psicológicos de quem sofre pela pobreza menstrual”) e elas (alunas que “não sabem nada sobre o tema”) para que juntas pudéssemos produzir alguns deslocamentos na compreensão de si e do outro/da outra na relação com o “sofrimento mental que a pobreza menstrual causa”.

Ao longo do texto analisaremos os trabalhos feitos nestes eventos, apresentaremos uma breve discussão sobre o que vem se construindo como pobreza menstrual, bem como recortes de classe, raciais e etários, projetos de lei que estão sendo aprovados ao redor do Brasil, além dos discursos que vêm se difundindo nas mídias sociais, o que inclui páginas de empresas, não só de produtos menstruais, mas também aquelas direcionadas aos mais diversos fins. Desse modo procuramos compreender o contexto atual que coloca o tema em evidência, a despeito da invisibilização e dos tabus aos quais a menstruação sempre foi relegada, buscando refletir sobre possíveis contribuições do pensamento feminista na ressignificação dos corpos menstruantes e na afirmação da necessidade de torná-los visíveis.

Palavras-chave: pobreza menstrual; menstruação; higiene menstrual; ciclo menstrual.

¹ Mestra em Sociologia com ênfase em Antropologia (PPGSA/IFCS) e graduada em Psicologia (UFF).

² Mestra em Saúde Coletiva com ênfase em Ciências Sociais e Humanas em Saúde (IESC/UFRJ).

Introdução

As discussões que têm como destaque o sangue ou o ciclo menstrual não costumam ocupar amplo espaço de debate público, seja no meio científico-acadêmico, ou em debates políticos, o que se deve ao silenciamento histórico e aos tabus a respeito desse processo relacionado ao corpo identificado como feminino pela biomedicina. Com essa realidade sendo cada vez mais estranhada, recentemente têm aumentado as abordagens sobre a menstruação a partir do uso da expressão “pobreza menstrual”. Para Bobel (2008, 2010), há uma tendência geral de transformar a menstruação em uma experiência compartilhada publicamente e considera que parte importante de uma reconfiguração do movimento feminista vem acontecendo neste reposicionamento diante de tabus menstruais.

Ao pesquisar a expressão exata “pobreza menstrual” nas bases de dados Portal CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), não foram localizados resultados. Por outro lado, quando inserimos a expressão em inglês “period poverty” nas mesmas bases, foram localizadas diversas pesquisas sobre o tema em diferentes países, como Suíça, Nova Zelândia, Estados Unidos e Reino Unido. É interessante notar que a maior parte das publicações foram feitas entre 2020 e 2021, o que sugere que a discussão é recente no meio científico, mesmo nesses países.

A inclusão desse tema na elaboração de políticas públicas também parece ser recente no Brasil. No entanto, o Projeto de Lei nº 4968, da deputada federal Marília Arraes (PT-PE), que visa instituir o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, foi aprovado no dia 14 de setembro de 2021 no Senado Federal. O intuito dessa proposta é combater o que chama de “precariedade menstrual”, oferecendo melhores condições de higiene e acesso a absorventes, privilegiando aqueles confeccionados com materiais sustentáveis. O texto aprovado não menciona a expressão “pobreza menstrual”.

No dia 10 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.214, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, mas vetou a distribuição de absorventes a pessoas em situação de vulnerabilidade, a qual constituía uma das principais medidas propostas no projeto (Senado 2021). Esse evento gerou grande comoção social, expressa sobretudo em postagens nas mídias e redes sociais como Instagram e Twitter, o que fez com que o assunto viralizasse e se tornasse um dos mais comentados na internet na semana em questão. As postagens, produzidas tanto por perfis pessoais, quanto de influenciadores

digitais e empresas de diversos setores, revelavam um sentimento de revolta com o veto do presidente. Esse fenômeno ofereceu ainda mais visibilidade para a temática.

Apesar da popularização recente do tema ocorrida a partir do veto de Bolsonaro, alguns grupos já se organizavam anteriormente em diversas cidades do Brasil com o objetivo de combater a “pobreza menstrual”. Esses grupos, em geral, se propõem a distribuir absorventes a pessoas que menstruam e se encontram em situação vulnerável, além de promover o compartilhamento de informações sobre o ciclo menstrual e superar os tabus associados.

Neste sentido, desejamos abordar ao longo do texto nossa experiência, percepções e questionamentos levantados através da participação como palestrantes em dois eventos acadêmicos *online* com transmissão ao vivo em que fomos convidadas para dialogar com graduandas e graduandos de medicina articulados a partir da IFSMA Brazil. O primeiro evento foi chamado de “Menstruação sem Tabu” e aconteceu nos dias 12 e 13 de julho de 2021. O segundo foi o “Simpósio Pobreza Menstrual” que ocorreu entre os dias 16 e 18 de setembro.

“Pobreza menstrual” é um conceito em disputa e tem sido definido a partir da falta de acesso a saneamento básico, banheiros e itens de higiene por mulheres e pessoas que menstruam, a qual está relacionada à situação de vulnerabilidade econômica e social dessas pessoas. Frequentemente, observa-se o uso da expressão “pessoas que menstruam” para definir esses sujeitos, com o intuito principal de incluir mulheres, pessoas trans e não-binárias que possuem útero e vulva.

Willig e Schmidt (2021) produzem uma provocação interessante no Seminário de Pós-Graduação da Feevale para repensar essa tendência de tornar a menstruação pública ao levantar problemáticas em torno da “Pobreza Menstrual”. As autoras, ao redirecionar esse apontamento da agenda feminista feita por Bobel, salientam que agora o crescente argumento de que há ausência de uma “privada adequada para pessoas que menstruam” conecta as esferas pública (como a falta das “privadas” da escola) e esfera privada (as “privadas” domésticas). “Privadas” aqui vem entre parênteses pois mobiliza mais de um sentido: um primeiro é de que para se viver uma menstruação com dignidade é necessário todo um arranjo técnico-sanitário específico; um segundo que torna a boicotar as nossas tentativas de reivindicar locais públicos para debater, conversar e expor saberes, artefatos e narrativas menstruais não-hegemônicas. Este segundo sentido desconsidera saberes localizados (Haraway 1995) e sentidos próprios designados pelas diferentes comunidades, reduzindo, essencializando, universalizando a menstruação.

Há nisso todo um aparato colonizador recaindo sobre determinados corpos com base em filtros de gênero, raça e classe. Para Willig, o olhar interseccional é uma alternativa interessante para dar espaço à multivalência de sentidos e vivências nos estudos sobre promoção de saúde menstrual e educação menstrual, uma vez que as opressões sofridas através dos tabus menstruais têm diferentes impactos em diferentes corpos, de acordo não só com o gênero, mas também com a classe social e a maneira como estes corpos são racializados. Além disso, não podemos descartar a falta de acesso a informações de qualidade nos âmbitos da educação e da saúde como um agravante central em toda a discussão em torno da pobreza menstrual.

Uma das principais referências citadas nos debates ocorridos após a popularização do tema é o Relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos” (UNICEF & UNFPA 2021), que tem sido utilizado como base para a elaboração de políticas públicas, que se materializam em diversos projetos de lei, não só a nível federal, mas também aqueles provenientes das câmaras municipais e estaduais. O documento apresenta um enfoque nas dificuldades de acesso a produtos de higiene menstrual por “meninas” de 10 a 19 anos. Nota-se uma preocupação inicial de fornecer uma definição para o termo “menina”, possivelmente a fim de oferecer uma saída para a discussão sobre gênero que vem permeando esse debate. Para justificar o uso desse termo, o documento utiliza-se de definições presentes no ECA e fornecidas pela OMS.

Além do relatório, alguns artigos (Assad 2021) também utilizam como base para abordar a “pobreza menstrual” dados coletados em pesquisas produzidas por empresas de produtos higiênicos, como é o caso de um estudo patrocinado pela marca Sempre Livre e produzido pela KYRA Pesquisa e Consultoria, que identificou em seus resultados que 51% das 810 entrevistadas, provenientes de 5 países, não tinham informações sobre a menstruação em seu primeiro sangramento. Outro estudo, realizado pela marca Bodyform e pela empresa de consultoria YouGov UK, identificou que 94% dos meninos entrevistados não tinha muitas informações sobre menstruação.

Outra empresa que tem se mobilizado para abordar as condições de vulnerabilidade relacionadas à menstruação, sobretudo em países considerados pouco desenvolvidos, é a multinacional Procter & Gamble (P&G). De acordo com Sommer et al. (2015), desde 2005, a P&G busca oferecer seus produtos e informações sobre o ciclo menstrual em países da África

subsaariana a partir de atividades que parecem visar, dentre outros, a expansão de seu mercado consumidor e a melhoria da imagem da marca.

Trata-se, portanto, de um conhecimento contemporâneo a nós, marcado pela forte atuação de empresas de higiene, muitas delas com sede em países de alta renda, como Estados Unidos, na produção de dados sobre menstruação e precariedade de acesso a produtos. Outro dado relevante, é que parte dessas pesquisas são realizadas em países considerados menos desenvolvidos, como Índia, países da África e da América Latina. Além da produção de dados que podem embasar a produção científica e a elaboração de políticas públicas, essas ações parecem também objetivar a ampliação do mercado consumidor dessas empresas nesses países.

Consideramos de extrema importância localizar quais organizações e outros atores sociais têm influenciado a construção da “pobreza menstrual” como um problema global e de que forma essa discussão chegou até o Brasil. A partir disso, podemos situar de onde e como falam nossas interlocutoras, a fim de elucidar o contexto social em que os eventos e palestras sobre menstruação e “pobreza menstrual” emergem na IFSMA Brazil, nos quais fomos convidadas a elaborar falas a partir de nossa posição enquanto psicólogas.

Acolhendo demandas e co-criando espaços para debate

Para o evento “Menstruação sem Tabu”, o convite chega até nós através da IFSMA Brazil da UFPel por indicação da Prof. Dra. Daniela Manica, que é quem recebe inicialmente a demanda para abordar aspectos socioculturais e históricos da menstruação. As estudantes chegam motivadas por questões que foram disparadas pelo documentário “Absorvendo O Tabu” (2018) e com desejo de produzir um evento de dois dias para debater e colocar em perspectiva o que “as mulheres ‘não podem’ quando estão menstruadas’, como trabalhar, ir à escola, entrar em templos (como no caso do documentário)”, sintetizando a ideia de tabu menstrual através da localização de interdições socioculturais.

Uma primeira reunião foi feita entre Gabriela, que foi palestrante neste evento, e cinco organizadoras, graduandas de medicina da UFPel, com idades entre 19 e 22 anos, cursando até o terceiro período do curso e que estavam falando de diversos estados do Brasil (Rio Grande do Sul, Goiás, interior de Minas Gerais, São Paulo). Neste primeiro encontro, afetos relevantes associados à menstruação aparecem, como “*susto*”, “*acuamento*” e “*vergonha*”, mas muito projetados às experiências de outras mulheres e meninas vistas no documentário. Surge uma

enunciação interessante: “Sangue menstrual é uma passagem ruim. Elas têm mais vergonha que a gente”, se referindo ainda a esse Outro. Debatendo-se com os efeitos da alteridade produzida através do documentário, neste encontro forjamos um “nós” que procurava respostas para questionamentos sobre si e sobre a própria cultura que estavam (e talvez ainda estejam) em processo de formulação.

Neste encontro foram produzidas associações entre ciclos menstruais e sexologia, direitos reprodutivos e direitos das mulheres. Outras conexões são feitas na conversa através de categorias como *tabu*, *estigma*, *escondido*, *errado*, *silenciamento*, *ninguém fala*, *sujeira*, *feio*, *secreto*, *proibido*, *assunto de mulheres*. Por fim, afirmam que o evento tem como público alvo estudantes e profissionais da área da saúde e que o intuito delas é promover essa discussão para pessoas que estão em processo de formação para atender outras o público em geral, visando principalmente o atendimento na atenção básica e no apoio matricial pelo SUS. A ideia enunciada por elas é que “todo mundo precisa entender um pouco do que é menstruação”.

O evento “Menstruação Sem Tabu” se configurou em 3 palestras dispostas em dois dias. No primeiro dia uma médica ginecologista deu uma aula sobre concepção biomédica do ciclo menstrual e apresentou alguns produtos para gestão e higiene menstrual (como absorventes descartáveis externos, internos, coletores menstruais, absorventes reutilizáveis, calcinhas menstruais, discos menstruais) e na sequência um médico sexólogo abordou temas como menarca, início da vida sexual, menstruação e relação sexual, contraceptivos e efeitos na função sexual feminina, menopausa e desejo sexual. O segundo dia ficou reservado para tratar das questões socioculturais e tabus, que traremos mais adiante como foi a discussão levada. É relevante ressaltar que neste primeiro evento, desde o primeiro contato feito no final de maio (próximo ao dia eleito como “Dia da Higiene Menstrual”) até o evento em meados de julho, nada foi trazido ou discutido em termos de “pobreza menstrual”.

O contato para o “Simpósio Pobreza Menstrual” chegou 15 dias depois desta primeira palestra, com um pedido mais fechado para que fosse abordado os impactos psicológicos sofridos por quem passa pela “pobreza menstrual”. A proposta do simpósio foi desdobrando o problema como múltiplo e multifacetado, destinando três dias para debates e arrecadação financeira para doação de absorventes: o primeiro contaria com uma médica ginecologista explicando o que é pobreza menstrual e suas consequências para a saúde e com uma representante de um projeto sem fins lucrativos da cidade de São Paulo que visa distribuir absorventes gratuitamente para populações em situação de rua; o segundo traria a temática voltada para “pessoas portadoras de vulva privadas de liberdade”, convidando uma professora

de direito para abordar a parte jurídica e de direitos humanos, seguido por uma representante de um outro projeto sem fins lucrativos que distribui absorventes para mulheres encarceradas no estado Rio de Janeiro; o terceiro dia estaria destinado a uma diretora escolar e professora trazendo suas vivências na percepção da evasão escolar associada aos ciclos menstruais, a nós como psicólogas para abordar os “impactos psicológicos na vida de quem sofre com a pobreza menstrual” e por fim, mais uma médica ginecologista apresentando produtos e alternativas de gestão e higiene menstrual.

Recebido o convite, combinamos uma reunião entre nós psicólogas e as organizadoras do simpósio, quase todas moradoras do estado de São Paulo e com idades entre 20 e 22 anos. A princípio, fomos convocadas a abordar os possíveis impactos psicológicos da chamada “pobreza menstrual” em pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Ao realizarmos uma breve pesquisa nas bases de dados Portal CAPES, SciElo e portal BVS, foram encontradas poucas referências à saúde mental “pobreza menstrual”. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos (Cardoso 2021) trata diretamente dessa relação a partir de uma análise epidemiológica, que produz dados quantitativos acerca da incidência de transtornos mentais, como depressão e ansiedade em estudantes que vivenciam a precariedade do acesso a condições de higiene menstrual. Não foram encontrados estudos brasileiros a respeito desse assunto.

A escassez de trabalhos sobre o tema e nossa experiência em pesquisas que abordam o corpo feminino sob um olhar antropológico, nos levaram a propor um exercício com nossas interlocutoras. Com o objetivo de deslocar olhar que é, com frequência, voltado para o outro (nesse caso, para as pessoas que seriam afetadas pela “pobreza menstrual”) e promover um estranhamento de suas próprias vivências, e inspiradas pelo documentário e dissertação de Camila Matzenauer dos Santos (2019), convidamos as organizadoras do evento a coletar relatos na universidade a respeito de histórias com a menstruação. O texto a seguir foi escrito pelas organizadoras do evento e utilizado na divulgação da pesquisa para coleta dos relatos:

"A Pobreza Menstrual vai muito além do que a indisponibilidade do acesso à absorventes, trata-se de conhecimento também sobre si, sobre tabus e a ruptura deles, sobre o que é menstruação e sobre nosso corpo capaz e cheio de vida. Sendo assim, antes de pensarmos em falar sobre outras mulheres e o que a Pobreza Menstrual e a menstruação significam para elas, que tal pensarmos sobre como e o que a menstruação significa para você? Afinal, quando pensamos em iniciativas para ajudar o próximo, projetamos - de certa maneira - aquilo que nós conhecemos como necessário, ou seja, quando você doa um pacote de absorventes você sabe e conhece a grande necessidade que aquele item tem para você.

Assim, de maneira totalmente anônima, nosso simpósio convida você a expressar-se (pode ser com uma obra, um depoimento, uma história, uma frase, um sentimento, enfim) da maneira que permita que você possa compartilhar conosco um pouco do que a menstruação te faz sentir - pode ser uma memória, a menarca, o processo, uma visão, uma situação. Sinta-se livre, esse espaço é só seu.

Contribuindo com sua expressão e sentimento, você ajudará em uma de nossas palestras e, dessa forma, fará parte do nosso Simpósio de um modo único e anônimo! Vem absorver essa ideia!"

A partir disso, recebemos 37 relatos anônimos contendo reflexões e histórias relacionadas à menstruação. Alguns textos se propunham a contar situações específicas vividas com a menstruação, principalmente durante o período escolar e na menarca, destacando sentimentos e emoções suscitados por esses eventos. Outros buscaram, utilizando frases mais curtas, oferecer definições para o fenômeno da menstruação.

Analisando alguns os relatos recebidos

Após leitura e análise dos dados, identificamos algumas categorias significativas para evidenciar as relações simbólicas e emocionais vivenciadas com a menstruação. São elas: 1. Dor e sofrimento; 2. Culpa, ambivalência e colonização; 3. Início de uma fase e ritual de passagem; 4. Fertilidade; 5. Tabu, medo e vergonha; 6. Alterações emocionais.

Dos 37 relatos analisados, 9 mencionaram algum tipo de sofrimento, dor, ou desconforto relacionados à menstruação. Em alguns momentos, no entanto, essa relação se mostra ambivalente. Ao mesmo tempo em que sentem mal-estar por menstruar, algumas participantes demonstram acreditar que deveriam perceber esse processo de outra maneira, o que é evidenciado no trecho a seguir:

“Eu odeio menstruar, mesmo sabendo de todo o significado social que a menstruação tem, não consigo enxergar a beleza sobre esse período que muitas mulheres reverberam por aí. [...]” (20 anos)

Essa relação ambivalente parece estar ligada aos movimentos feministas associados à chamada “Nova Era”, exemplificada por Tornquist (2002) a partir do ideário do parto humanizado. Os grupos que compartilham desse ideário propõem o "retorno" a uma suposta natureza feminina, em que características relacionadas ao corpo das mulheres (ou pessoas com vulva e útero) e seus processos são valorizadas. A noção de natureza apresentada por esses grupos, no entanto, se apresenta como conceito imutável e a-histórico. Ao mesmo tempo em

que algumas participantes relatam odiar a menstruação por sentirem dor e incômodo, também aceitam vivenciar o processo por entenderem que faz parte de sua "natureza". Essa aproximação com o ideário da “Nova Era”, portanto, gerou nas participantes sentimentos ambivalentes, caracterizados pelo conflito entre odiar e não poder odiar a menstruação.

Alterações de humor foram relatadas em, pelo menos, 4 dos textos e foram percebidas como incômodos ou “efeitos colaterais”. Em alguns textos, esteve presente um sentimento de culpa em relação ao sangue menstrual, seja por não conseguir ter boa relação com o ciclo ou por estabelecer uma associação simbólica do sangue com a sexualidade, o que fica evidenciado no trecho a seguir, que foi o único a citar, diretamente, a palavra “culpa”:

“Eu menstruei aos 10 anos. Minha mãe nunca tinha falado disso pra mim e eu não sabia mt bem o que era. Já tinha visto na gaveta absorventes, mas não sabia ao certo pra que servia (eu achava que tinha algo a ver com sexo, camisinha e, portanto, achava que era algo errado, obsceno, sei lá) [...] Eu menstruei no primeiro dia de aula da escola nova [...] Quando aconteceu eu chorei, fiquei extremamente nervosa e achava que aquilo era culpa minha, [...] que talvez eu tivesse feito algo errado [...] na minha cabeça, eu iria levar bronca. [...] Fui contar depois de 2, 3 dias que aquilo já estava me corroendo, de culpa [...] Pra minha surpresa, descobri que era algo normal e ela me ajudou. Foram 2/3 dias de muito sufoco e me sentindo mt mal comigo mesma. Quando contei foi um alívio.” (22 anos)

A associação imediata feita por uma criança de 10 anos do sangue menstrual e absorventes à sexualidade e, conseqüentemente, a algo considerado “errado”, revela que menstruação e sexo apresentam status semelhantes no pensamento social. Ambos enfrentam uma série de tabus, restrições e silenciamentos. Essa temática foi percebida em, pelo menos, 8 dos relatos, que utilizaram a palavra “vergonha” para se referir ao sangue ou ao ciclo menstrual. Foram frequentes as menções a situações constrangedoras vivenciadas com a menstruação, sobretudo no ambiente escolar, o que gerou nas participantes desconforto e medo de “sujar” a roupa e tornar o sangue visível. Para Manica e Rios (2017), é comum associar o sangue a uma conotação negativa sempre que ele se projeta para fora do corpo, como no caso de ferimentos, por exemplo. No entanto, as autoras argumentam que o sangue menstrual tem especificidades que o inserem na mesma categoria que a urina e as fezes, o que colabora para a demanda por escondê-lo do mundo. Além disso, a identificação desse fluido específico com o corpo feminino também contribui para sua desvalorização.

Os relatos também evidenciaram a importância de falar sobre o tema para as participantes, que não costumam encontrar lugares seguros onde possam abordar um evento tão

cotidiano em suas vidas. O texto a seguir abordou a necessidade de mudar a linguagem com o intuito de tornar a menstruação mais visível e modificar seus estigmas:

“Por que não chamamos menstruação pelo nome? O estigma da menstruação é um tipo de misoginia. São esses tabus negativos que nos condicionam a entender a função menstrual como algo que deve ser escondido, algo vergonhoso. E quando não nomeamos alguma coisa, reforçamos a ideia de que aquilo é algo que não deve ser nomeado. A pobreza menstrual passa por isso, é um longo caminho para nos desconstruirmos, porém a luta é essa. ‘Comecei a suspeitar que devia ter algo de muito poderoso na natureza cíclica das mulheres pro patriarcado capitalista querer tanto controlá-la’.” (19 anos)

Além da sexualidade, também a gravidez aparece relacionada ao sangue menstrual, ora como sinal de saúde e fertilidade, ora como indicativo de que a gestação não ocorreu, o que, eventualmente, produz sensação de alívio.

Em 5 dos relatos foram compartilhadas histórias sobre a menarca. Além de contar situações constrangedoras que geraram medo e vergonha, algumas participantes também buscaram definir esse evento como símbolo da passagem da infância para a adolescência ou fase adulta. Essa mudança costuma ser acompanhada por ritos específicos, como o oferecimento do primeiro absorvente e os ensinamentos passados, geralmente por mulheres da família sobre como utilizá-los e como lidar com o sangue de maneira que ele não seja percebido. Esses ritos de passagem (Van Gennep 2013) podem ser identificados como um estágio intermediário que marca a mudança de um status social a outro. Nesse caso, a criança passa a ser entendida como alguém que está mais próxima à fase adulta, o que contribui para que ela receba orientações, não somente em relação ao período menstrual, mas a como se colocar diante do mundo e dos outros.

As palestras que fizemos

Os eventos foram bastante ricos em diversidade, conteúdo e debate e ainda estão disponíveis³ para serem revistos. Neste trabalho, um de nossos objetivos é compartilhar e analisar o trabalho que fizemos nas comunicações com as graduandas e na produção de conteúdo das palestras. Portanto, escolhemos não abordar, por hora, as apresentações e dados

³ “Menstruação sem tabu” : <https://www.youtube.com/watch?v=p6B3uT5pB6o&t=20s> e “Simpósio Pobreza Menstrual” : https://www.youtube.com/watch?v=2URUa9BEGjI&t=3942s&ab_channel=IFMSABrazilUninove

trazidos pelas colegas palestrantes e desde já fica sinalizado que o trabalho de tecer conexões entre todas as apresentações é algo que ainda merece ser feito em trabalhos futuros.

Inspiradas pelos trabalhos de Manica e Rios (2017), Morais (2019) e pela curadoria do Festival Menstruação⁴ (2021), trouxemos diversas artes feitas com sangue menstrual, privilegiando sobretudo artistas do hemisfério Sul, escolhendo artes do Brasil e de imigrantes indianas, com menstruações de mulheres e pessoas não-binárias. Abrimos as apresentações com um conjunto de fotografias de Rupi Kaur que foram produzidas num curso de retórica visual e que foram posteriormente censuradas nas redes sociais. O propósito desta escolha é também um exercício retórico e provocativo, que convoca o afloramento das mais diversas sensações e emoções projetadas ao se ver o sangue menstrual exposto de diversas maneiras em interação com diferentes objetos e materiais.

Se o primeiro evento se chamou “Menstruação Sem Tabu”, este exercício de intervenção artística foi um esforço de trazer reflexões sobre os tabus incorporados a partir de estranhamentos provocados pelo encontro com as obras. Esta palestra foi intitulada “Menstruação sem tabu? Entre tecnologias e afetos”. Para o segundo evento, com a demanda voltada para os efeitos da dita pobreza menstrual, intitulamos nossa fala como “Descolonizando nosso sangue em diálogo com a “pobreza menstrual”, numa proposta de reflexão sobre a origem importada deste termo e do porquê estamos aderindo a ele de forma tão rápida. Durante o evento também foi trazido termos como “dignidade menstrual” e “vulnerabilidade menstrual”, evidenciando para nós as disputas e as tentativas de elaboração das questões que este problema está trazendo no contemporâneo. O segundo termo foi proposto pela Professora Edicleia Pereira Dias, que aponta a vulnerabilidade menstrual como um desdobramento de outras pobreza que estão por trás da desigualdade que desemboca na falta de acesso à itens de higiene e água potável.

Escolhemos traçar um caminho que começasse por colocar em análise o discurso de que a “menstruação é um processo natural do corpo”, “um processo biológico e fisiológico que precisa ser naturalizado”. Para isso, mobilizamos o argumento de Ribeiro (s/d) que afirma que mulheres do Paleolítico Superior historiavam o seu cotidiano através da arte e do entalhe em ossos ou pedras e que essa prática articulava notações lunares a processos femininos como menstruação, lactação, gravidez. Essa forma de historiar forneceu os alicerces para o desenvolvimento da matemática, da horticultura, da agricultura, da medicina, da astronomia, da

⁴ <http://festivalmenstruacao.com/>

etnomatemática, das artes plásticas, de estudos sobre a sexualidade das mulheres, entre outros. Há inclusive a defesa de que as mulheres foram as primeiras matemáticas porque marcas lunares descobertas em fragmentos de ossos pré-históricos mostram como as mulheres marcavam seus ciclos e deste modo marcavam o tempo. Desta forma, mobilizando noções culturais e artefatos artísticos, culturais e tecnológicos, o argumento da natureza da menstruação fica muito frágil. Além disso, sugerimos a leitura de trabalhos de Manica (2009, 2011) e de Belaunde (2006).

Pensando que o público alvo da nossa fala eram as graduandas de medicina, seguimos com alguns argumentos de Emily Martin (2006), que ao analisar o discurso médico estadunidense da segunda metade do século XX sobre o corpo da mulher e mobilizando a metáfora do corpo como fábrica, a autora demonstra o quanto o estudo da fisiologia foi interpretado de acordo com o paradigma reprodutivo. Deste modo, a menstruação é muitas vezes caracterizada como uma “falha” no processo de (re)produção, e vista como uma experiência eminentemente negativa e de perda (de sangue, energia, do ciclo fértil, do endométrio, do óvulo, de um possível feto). Da mesma forma, a menopausa é interpretada como o ocaso da vida (reprodutiva). Ambos fenômenos (menstruação e menopausa) se constituem a partir de uma metáfora industrial na qual o corpo feminino é visto como sendo uma “fábrica” voltada para a produção de bebês (Martin 2006).

Ao fazer da gravidez o objetivo final para o qual está programado o sistema, a menstruação (assim como também a menopausa) se torna um desperdício, um produto descartável, invendável e inútil, advindo de uma falha nessa produção. Dentro deste sistema, a menstruação se torna algo debilitante, uma patologia não apenas medicalizável, mas também algo que se torna necessário controlar. Reprodução, fertilidade, menstruação são categorias que performam gênero (e gênero considerado como uma tecnologia discursiva, inclusive), o que faz com que determinados corpos sejam alvo de intervenção e controle específicos.

Durante a apresentação da palestra no evento sobre pobreza menstrual, fizemos a leitura do texto clássico da escritora feminista Gloria Steinem intitulado “Se os homens menstruassem”, que foi revisitado pela autora e publicado com algumas atualizações na obra “Meu livrinho vermelho” (Nalebuff 2012). O objetivo da leitura foi propor uma reflexão a partir da inversão dos papéis produzida pela autora em seu exercício de imaginar de que forma a menstruação seria tratada caso essa experiência fosse vivenciada pelo corpo masculino. Terminamos a leitura com uma pergunta: Seria a menstruação em si a responsável pelos tabus lançados sobre ela ou o problema seria quem menstrua em uma organização social pautada pela superioridade masculina?

E para encaminhar o encerramento, trouxemos como que à medida que absorventes externos e internos foram adaptados ao uso diário para o controle menstrual, eles se tornaram aliados das mulheres. Esses aliados adquiriram a vida social, de acordo com Eugênia Tarzibachi (2017), como "protetores femininos" proporcionada por uma instância inicialmente identificada com o masculino e com o saxão.

Com os “protetores menstruais”, aquele corpo menstrual incivilizado, caótico, vulnerável, inadaptado à sua aceitabilidade na vida em sociedade, deixou de ter protagonismo, embora comandasse, desde a sutileza do implícito, o sentido atribuído a esses produtos como reparadores de um corpo “naturalmente” defeituoso. Portanto, absorventes descartáveis são muito mais do que apenas tecnologias de gerenciamento menstrual. São um prisma para reconhecer como as narrativas tradicionais sobre gênero foram reproduzidas em diferentes planos e que, paradoxalmente, foram identificadas como meios de libertação de algumas mulheres.

O interessante paradoxo que ocorreu é que esta nova prática de controle através dos absorventes externos e internos, cuja tática central era disfarçar com sucesso a condição menstrual de alguns corpos como eles eram considerados defeituosos, também aumentou a sensação de autocontrole do corpo durante a menstruação e diferentes produtividades desses corpos. Assim, eles geraram um significado libertário para as mulheres, que sentiam que podiam reparar um defeito intrínseco em seus corpos e, junto com ele, a tortura que seus corpos menstruais pareciam infligir (nunca os sentidos socioculturais nelas) administradas com tecnologias tradicionais anteriores como os “paninhos”.

Os efeitos do discurso acríptico crescente sobre pobreza menstrual também funcionam de maneiras diferentes nas mulheres e outros corpos menstruantes, de acordo com a variação de classe social, sexualidade e raça. Para as mulheres de classe média, por exemplo, foi produzido um outro mundo e estilo de vida: literaturas médicas e populares, ambas compreendem essa “ociosidade” como símbolo de *status* social, tecendo uma imagem de mulher como “criaturas frágeis”, carentes de proteção do mundo exterior e do “excessivo estímulo que poderia ser causado pela leitura de romances e cavalgadas”. E enquanto na menstruação de mulheres das classes altas eram/são encorajadas a repousar, as mulheres proletárias eram/são consideradas insensíveis, resistentes e com tendência à indolência (o que já justificou inclusive a adoção de castigos físicos no trabalho).

Como nos diz Vinciane Despret (2001), a teoria e a prática de mundo são forjadas concomitantemente. Os interesses políticos são indissociáveis às teorias que produzimos e vice-versa. Não é à toa que absorventes se tornaram tão caros e taxados como produtos de luxo. Eles foram criados para levar “modernidade” e seus valores à classe média/alta. As instituições como escolas, universidades, empresas, igrejas, como instituições patriarcais, não comportam e não oferecem subsídios para receber o sangue menstrual com dignidade.

Devolutivas das graduandas

Ao final da apresentação do Simpósio recebemos um e-mail das alunas compartilhando alguns dados que elas coletaram como uma devolutiva do trabalho coletivo e da nossa participação. Uma das perguntas falava: “O quanto você acredita que a falta de informação pode potencialmente atrapalhar o conhecimento e apercepção a respeito da menstruação?”, e para essa pergunta na análise pré e pós simpósio, o número passou de 92% para 98%. Segue entre aspas outro comentário compartilhado por elas:

“ ‘O quanto você acredita que o período menstrual pode desmotivar pessoas em situação de vulnerabilidade social a participar de atividades comuns do dia a dia como trabalhar ou estudar?’. A qual foi de 87% das pessoas que concordam antes da palestra para 96% das pessoas que concordam depois de verem a palestra.”

Considerações finais

Menstruação, por se tratar de um sangramento tão específico, carregado de valores simbólicos e sociais, não tem gênero por si só, mas também não está isento de atravessamentos da ordem de gênero, classe, raça e sexualidade, muito pelo contrário. Ao longo de todo o processo de debate e de escrita aparecem muitos termos que evidenciam o quanto posicionamentos feministas diante da questão de não reduzir a menstruação como “coisa de mulher” estão construindo apostas distintas, e definitivamente não havendo um consenso de estratégias para o trabalho em curso de não essencializar o ciclo ou o sangue menstrual como uma questão do “feminino”: corpos menstruantes, portadores de vulva/útero, corpos que menstruam, corpos que ciclam, entre outros. Este desafio vem pela via da inclusão de outros gêneros que não mulheres que também menstruam, como homens-trans, pessoas interssexuais e não-binárias. O desafio se torna ainda maior, porque também existe a luta de inclusão da

terminologia “mulher” nos debates políticos, que acaba sumindo por vezes. É uma discussão delicada que merece mais estudo, debate e compreensão. Como uma experiência corporificada, ainda há muito que os estudos menstruais podem contribuir para o debate interseccional e decolonial destes termos.

Pensar em promoção da saúde menstrual e combate à pobreza menstrual é poder criar uma escuta sensível à integralidade das mulheres e destas outras minorias identitárias que menstruam, é lançar olhar para promoção de direitos humanos como educação, saneamento básico, acesso à água potável, trabalho, direito à moradia e também questionar opressões de classe, gênero e sexualidade a partir do território que são ocupados por essa parcela menstruando da população. Exige que repensemos os funcionamentos dos grupos e instituições sociais para que a experiência de menstruar possa ser vivida com dignidade nos espaços e que eles se tornem cada vez mais inclusivos.

Vale ainda repetir que “Pobreza menstrual” não deve ser entendida como pobreza de experiência nem de sentidos próprios. Menstruação é uma produção corporal riquíssima em diversidade de sentidos, vivências e disputas.

Referências

ASSAD, B. F. 2021. “Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero”. *Revista Antinomias*, 2(1): 140-160.

BOBEL, C. 2008. “From Convenience to Hazard: a short History of the Emergence of the Menstrual Activism Movement, 1971-1992”. *Health Care for Women International*, 29(7): 738-754.

BOBEL, C. 2010. *New blood: third-wave feminism and the politics of menstruation*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press.

CARDOSO, L. F., et al. 2021. "Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States." *BMC Women's Health*, 21(1). Gale Academic OneFile, link.gale.com/apps/doc/A650593166/AONE?u=anon~27744d21&sid=bookmark-AONE&xid=5ed6ba04. Accessed 17 Sept. 2021.

MARTIN, E. 2006. *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.

MANICA, D. T. 2009. *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MANICA, D. T. 2011. “A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e Tecnociência”. *Horizontes Antropológicos*, 17(35): 197-226.

MANICA, D. T. & RIOS, C. 2017. “(In)visible blood: menstrual performances and body art”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 14(1): e141124, 2017. Disponível em: scielo.br/pdf/vb/v14n1/1809-4341-vb-14-01-e141124.pdf. Acesso em: 16 fev. 2020.

<http://www.labjor.unicamp.br/bibi/bookshelf/CienciasCulturasETecnologias/OEBPS/Text/DanielaAmandaKarinaRegina.shtml>

MORAIS, J. 2019. “O tabu do sangue menstrual: reflexões sobre as diferentes perspectivas que envolvem a menstruação”. In: *XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), 2019. Anais Eletrônicos*. Disponível em https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1958 . Acesso em: 15 nov. 2021.

NALEBUFF, R. K. (org.). 2012. *Meu livrinho vermelho*. Rio de Janeiro: Galera Record.

RIBEIRO, R. S. “Saberes sobre menstruação em discussão”. *Aleph – Formação dos Profissionais da Educação*. Disponível em: <https://silo.tips/download/saberes-sobre-menstruacao-em-discussao-1>.

SANTOS, C. M. 2019. *O corpo feminino como metáfora do tempo em performance arte*. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. Programa de Pós Graduação em Artes Visuais. Universidade Federal de Santa Maria.

SENADO, Agência. 2012. “Bolsonaro veta distribuição de absorventes a estudantes e pessoas pobres”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/07/bolsonaro-veta-distribuicao-de-absorventes-a-estudantes-e-mulheres-pobres>. Acesso em: 17 out. 2021

SOMMER, M.; HIRSCH, J. S.; NATHANSON, C. & PARKER, R. G. 2015. “Comfortably, Safely, and Without Shame: defining menstrual hygiene management as a public health issue”. *American Journal Of Public Health*, 105(7): 1302-1311.

TORNQUIST, C. S. 2002. “Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto”. *Revista Estudos Feministas*, 10(2): 483-492.

UNICEF & UNFPA. 2021. *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. Brasília: Unicef. Disponível em: www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

VAN GENNEP, A. 2013. *Os ritos de passagem*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.

WILLIG, C. L. & SCHIMIDT, S. P. 2021. “Privadas”: uma interpretação interseccional do estudo “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos”. In: *Seminário de Pós-Graduação Feevale, 2021. Anais [...]*. Novo Hamburgo: Inovamundi, 14, pp. 2090-2100.